

cerias realizadas com Municípios, DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e Polícia Militar, através do Corpo de Bombeiros. Após a apresentação, o Senhor Presidente teceu suas considerações e interpelou o convidado, entre outros pontos, acerca do histórico de acidentes da empresa, negociação da renovação da concessão pela ANTT e sobre as condições de trabalho de seus empregados. Também indagou sobre a porcentagem do trabalho de carga ferroviária realizado no estado de São Paulo pela empresa Rumo-ALL. Não podendo informar com precisão, por solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Daniel Rockenbach comprometeu-se a enviar a esta Comissão tal informação. A seguir, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Roberto Massafera, que observou que o sistema ferroviário é a alternativa futura para o transporte de cargas, devido à saturação do sistema rodoviário e que espera que as melhorias projetadas pela Rumo-ALL efetivamente se concretizem. Foi então passada a palavra ao Senhor Deputado Abelardo Camarinha, que dirigiu seus questionamentos ao convidado e dentre as informações solicitadas, as relativas aos impostos pagos pela empresa e às alíquotas aplicadas nas operações do ISS (Imposto sobre Serviços), determinou-se pelo Senhor Presidente que fossem enviadas a esta Comissão, através de ofício. Nesse momento, o Senhor Presidente registrou a presença do Senhor Camilo Gava, ex-Deputado Estadual e passou a palavra ao Senhor Deputado Barros Munhoz, que reconheceu os avanços do segmento ferroviário e enfatizou a necessidade da aceleração dos trabalhos da Rumo-ALL nos fatores focados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, parabenizando seus Pares pelos trabalhos realizados. Passou-se então a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Madalena, que também dirigiu suas perguntas e considerações ao convidado e dentre elas, registrou que acerca do tempo de treinamento de seus maquinistas, foi informado pelo convidado que o processo normal de treinamento é de oito a dez meses, tempo diferente do que foi informado pelos sindicatos da categoria em reuniões anteriores da Comissão. Interpelou sobre o montante do valor investido pela empresa em segurança, no estado de São Paulo e não podendo informar com precisão, solicitou também que viesse tais informações posteriormente, à Comissão. Sugeriu que o Senhor Daniel Rockenbach retornasse futuramente a esta Casa para informar sobre o andamento dos investimentos demonstrados, que trarão maior segurança à população do estado, caso sejam de fato realizados. O Senhor Presidente então, enfatizou que a continuidade dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito dar-se-á pela atuação da Comissão de Transportes e Comunicações da Casa, que através de audiências públicas, poderá apurar a efetiva realização dos projetos apresentados. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Orlando Bolçone, que entre suas considerações, destacou a intenção de uma nova reunião dos membros da Comissão com Senhor Alexandre Porto M. de Souza, Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Carga da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no prazo de aproximadamente três meses, para avaliar o andamento das propostas apresentadas em reunião de 10/11/2015 desta Comissão. O Senhor Deputado Orlando Bolçone indagou se o plano estratégico de cinco anos depende da renovação da concessão, ao que o convidado respondeu que não, mas sim do acesso ao crédito e que todo o investimento está associado à segurança. Acerca da presença de um segundo condutor nas composições, perguntou ao convidado se o custo operacional seria óbice à sua implantação, ao que foi respondido que a presença do segundo condutor não melhoraria a condição de segurança da composição. Nesse momento, o Senhor Deputado Ricardo Madalena solicitou ao convidado o envio das informações e dos estudos que provariam tais fatos e destacou o papel do Senhor Emanuel Tavares, responsável pelas Relações Governamentais da Rumo-ALL, pela atuação na interface com os prefeitos e no atendimento à comunidade. Após as considerações finais, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, farã parte desta ata que eu, Elisabete Akemi Chirossi, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 25/11/2015.

Deputado Chico Sardelli - Presidente

Elisabete Akemi Chirossi - Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e quinze, às treze horas e zero minutos, no Plenário D. Pedro I da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Oitava Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, sob presidência do Deputado Delegado Olim. Presentes os Senhores Deputados Coronel Telhada, Orlando Morando, Gil Lancaster, Ed Thomas, Delegado Olim (membros efetivos), o Senhor Deputado Antonio Salim Curiati (membro substituto), o Senhor Deputado Luiz Turco (membro substituto eventual). Ausente, por motivo justificado, o Senhor Deputado Celso Nascimento. Ausentes os Senhores Deputados Luiz Fernando Machado, Luiz Fernando, Jooji Hato, Coronel Camilo, Fernando Cury. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Item 1 - Projeto de lei nº 488/2010, de autoria do Deputado Bruno Covas, que Assegura o direito à visita íntima nos estabelecimentos penais de regime fechado e do semiaberto, independentemente da orientação sexual do preso. Foi relator o Deputado Luiz Fernando Machado com voto favorável. Designado para redigir o voto vencedor, o Deputado Coronel Camilo. Ciência do vencedor. Item 2 - Projeto de lei nº 488/2012, de autoria do Deputado Cauê Macris, que Dispõe sobre a regulamentação da participação da Polícia Militar em eventos esportivos, nos moldes da operação delegada. Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto favorável. O Deputado Luiz Fernando apresentou voto em separado, contrário. Concedida vista ao Deputado Luiz Turco. Item 3 - Projeto de lei nº 897/2014, de autoria da Deputada Telma de Souza, que Determina regras para ação de grupo de intervenção perante qualquer aparelho do sistema prisional no Estado. Foi relator o Deputado Celso Nascimento com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. O Deputado Luiz Fernando apresentou voto em separado, favorável na forma do substitutivo com emenda.. Designado para redigir o voto vencedor, o Deputado Coronel Telhada. Ciência do vencedor. Item 4 - Projeto de lei nº 1072/2014, de autoria do Deputado Fernando Capez, que Dispõe sobre o procedimento de utilização de veículos apreendidos e removidos para os pátios do DETRAN e Delegacias de Polícia do Estado. Foi relator o Deputado Coronel Telhada com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. O Deputado Coronel Camilo apresentou voto em separado, contrário. O Deputado Luiz Turco foi favorável ao Voto em Separado. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 5 - Projeto de lei nº 608/2015, de autoria do Deputado Ramalho da Construção, que Institui o "Dia Estadual das Vítimas de Trânsito". Foi relator o Deputado Celso Nascimento com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo e contrário à emenda da ccjr. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 6 - Projeto de lei nº

885/2015, de autoria do Deputado Adilson Rossi, que Cria programa de ações socioeducativas e preventivas com objetivo de conscientização de homens agressores no âmbito familiar. Foi relator o Deputado Luiz Fernando com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 7 - Projeto de lei nº 937/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Moraes, que Autoriza o funcionamento dos templos religiosos que tenham o auto de licença de funcionamento religioso formado pelo laudo do Corpo de Bombeiros e pelo laudo de vistoria técnica de inspeção predial elaborado por engenheiro civil. Foi relator o Deputado Luiz Fernando com voto contrário. O Deputado Luiz Turco foi favorável ao voto do Relator. Rejeitado o voto do Relator e designado o Deputado Orlando Morando para redigir o vencedor. Item 8 - Projeto de lei nº 985/2015, de autoria da Deputada Célia Leão, que Dispõe sobre a Criação do Sistema Estadual de Prevenção ao Furto, Roubo e Comércio Ilegal de Bicletas no Estado. Foi relator o Deputado Ed Thomas com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 9 - Projeto de lei nº 1071/2015, de autoria do Deputado Afonso Lobato, que Dispõe sobre a veiculação de informações sobre pessoas desaparecidas nos sítios eletrônicos oficiais da administração direta indireta e fundacional do Estado. Foi relator o Deputado Luiz Fernando Machado com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 10 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 817/2014, de autoria do Deputado Ramalho da Construção, que Institui o "Dia do Policial Militar". Foi relator o Deputado Coronel Telhada com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. Aprovado conclusivamente o substitutivo da CCJR, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno.. Item 11 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 250/2015, de autoria do Deputado Celino Cardoso, que Institui a Semana da "Cidadania e Segurança". Foi relator o Deputado Jooji Hato com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo da ccjr. Aprovado conclusivamente o substitutivo da CCJR, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno.. Item 12 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 516/2015, de autoria do Deputado Milton Leite Filho, que Dá a denominação de "Escrivão Elias Peres de Camargo" ao prédio da Delegacia de Polícia Civil em Pirajui. Foi relator o Deputado Celso Nascimento com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. Aprovado conclusivamente o substitutivo, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno.. Item 13 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 866/2015, de autoria do Deputado Itamar Borges, que Dá a denominação de "Antonio Alves Pereira" ao prédio da Delegacia de Polícia de Bálamo. Foi relator o Deputado Gil Lancaster com voto favorável ao projeto de lei na forma do substitutivo da CCJR. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Requerimentos para deliberação: Item 15 - Requerimento do Deputado Fernando Cury, solicitando a CONVOCAÇÃO do Sr. Hugo Berni Neto, Coordenador dos Presídios da Grande São Paulo, para prestar esclarecimentos sobre as matérias expostas na mídia eletrônica e escrita e que apontam a má gestão de recursos públicos daquela autoridade junto da mencionada Coordenadoria. Solicitada votação nominal. O Deputado Luiz Turco foi favorável. Rejeitado o Requerimento. Item 16 - Requerimento do Deputado João Paulo Rillo, solicitando que esta Comissão convoque a Senhora Eliete Coelho Bastos, Diretora do Instituto Médico Legal (IML), para prestar informações sobre o sucateamento do instituto e esclarecer a alteração no horário de funcionamento. Vistas concedidas ao Deputado Luiz Turco. Itens para Ciência dos Deputados: Item 17 – Ofício da Secretaria de Segurança Pública do Estado, encaminhando o Relatório de Prestação de Contas do 1º Semestre do Exercício 2015, da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, conforme Lei Complementar 826/1997. Item 18 - Ofício da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, encaminhando cópia de requerimento que solicita ao Presidente desta Casa que faça gestões junto ao Governador para que reveja o disposto no Decreto 61.466/2015, visando impedir que haja solução de continuidade no processo de fortalecimento das Polícias Civil e Militar do Estado. Item 19 - Ofício da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, encaminhando cópia de requerimento que solicita ao Presidente desta Casa que faça gestões junto ao Governador para que reveja o disposto no Decreto 61.466/2015, visando impedir que haja solução de continuidade no processo de fortalecimento das Polícias Civil e Militar do Estado. Item 20 - Ofício da Câmara Municipal de Cruzeiro, encaminhando cópia de requerimento solicitando ao Presidente desta Casa especial empenho visando a doação de uma viatura para a Guarda Civil Municipal. Item 21 - Ofício da Câmara Municipal de Amparo, encaminhando cópia de Moção de Apelo ao Governador, Casa Civil, Secretaria de Segurança Pública e ao Presidente desta Casa para que estude a possibilidade de ajuda com mais homens e veículos para a Polícia Rodoviária da cidade de Amparo. Item 22 - Ofício da Câmara Municipal de Jiquitiba, encaminhando cópia de Moção de Apoio à iniciativa de criação de uma Companhia de Polícia Militar para atendimento exclusivo aos Municípios de Jiquitiba e São Lourenço da Serra. Item 23 - Ofício da Câmara Municipal da Estância de Praia Grande, encaminhando cópia de requerimento enviando ao Presidente desta Casa, explicando a situação da quantidade de policiais por número de habitantes que torna-se crítica em finais de semana e feriados, e faz alguns questionamentos: 1) existe legislação no Estado que contemple a situação onde um grande número de pessoas se deslocou para determinado município em finais de semana ou feriados e o contingente policial seja aumentado para que tenha segurança suficiente? 2) Caso positivo, porque tal legislação não está vigente? 3) Caso negativo, existe interesse da Assembleia Legislativa em espórar algo nesse sentido? Item 24 – Ofício do Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Vigilância na Segurança Privada/Conexos e Similares de Bauri e Região, questionando o termo de cooperação com o Tribunal de Justiça que permite que policiais de folga reforcem a segurança no entorno de fóruns do Estado, por meio de uma ampliação da Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho (DEJEM). Item 25 – E-mail da APPMARESP – Associação das Praças Policiais da Ativa e Reformadas do Estado de São Paulo, apresentando Denúncia requerendo que esta Comissão se pronuncie e encaminhe para quem de direito nas demais esferas sobre o caso de Perseguição feita pelos Coronéis PM Humberto Gouvêa Figueiredo, comandante do Comando de Policiamento do Interior 9 e PM Marcos Antonio Felix, comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar do Interior, ambos com sede em Piracicaba/SP, ao desrespeitarem o direito à vida, à integridade física e à dignidade da pessoa humana do Cabo PM Robson Gomes da Silva, subordinado a eles. Item 26 – Ofício do SINDESPE – Sindicato dos Agentes de Escolta e V. Penitenciária do Estado de São Paulo, solicitando Visita de Vistoria desta Comissão à Base de Escolta na Penitenciária Feminina de Santana – Capital. Item 27 – Ofício do SINDESPE – Sindicato dos Agentes de Escolta e V. Penitenciária do Estado de São Paulo, encaminhando pauta de reivindicações da categoria a saber: 1) alteração do artigo 1º da Lei Complementar 898/2001 dispondo em lei o acautelamento

de armas e coletes; 2) Reposição do quadro funcional da carreira de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária; 3) Expansão do DEJEP; 4) Encaminhamento de pedido de menções honrosas a agentes que desempenharam ações em prol da segurança e disciplina das unidades prisionais, dos quais posteriormente enviaremos a relação de nomes e feitos.. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Eduardo Ricetti, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 24 / 11 / 2015 .

Deputado Delegado Olim - Presidente

Eduardo Ricetti - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e quinze, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Décima Quinta Reunião Ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, sob presidência do Deputado Mauro Bragato. Presentes os Senhores Deputados João Paulo Rillo, Teonílio Barba, Estevam Galvão, Edson Giriboni, Coronel Camilo, Paulo Correa Junior (membros efetivos) e o Senhor Deputado Ed Thomas (membro substituto). Ausente, por se encontrar licenciado, o Senhor Deputado Orlando Bolçone. Ausentes os Senhores Deputados Carlão Pignatari, Vaz de Lima e Léio Oliveira. Presente, ainda, o Senhor Deputado Caio França. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Passou-se, a seguir, à deliberação dos itens constantes da pauta: Item 1 - Projeto de resolução nº 29/2015, de autoria da Mesa, que institui o "Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo". Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 2 - Projeto de lei nº 151/2007, de autoria da Deputada Célia Leão, que obriga o Poder Executivo a promover a substituição gratuita dos combustíveis utilizados nas frota pertencentes ao Estado (juntados os PLS 163/07 - autoria Deputado Edson Giriboni e PL 537/2007 - autoria Deputado André Soares). Foi relator o Deputado Estevam Galvão com voto favorável ao PL 537/07, na forma do substitutivo apresentado pela CAPRT - Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho; contrário ao substitutivo apresentado pela CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao PL 537/07; e contrário aos PLS 151/07 e 163/07. Concedida vista ao Deputado João Paulo Rillo. Item 3 - Projeto de lei nº 627/2012, de autoria do Deputado José Bittencourt, que dispõe sobre o dever do Estado de assegurar abrigo, tratamento saudável e final de existência digno a animal de sua propriedade ou sobre o qual tiver posse, no âmbito da administração pública direta e indireta, que cessar definitivamente o trabalho por velhice ou invalidez. Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto favorável ao projeto e contrário à emenda apresentada pela CCJR. O Deputado João Paulo Rillo apresentou voto em separado, favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR. Concedida vista ao Deputado Edson Giriboni. Item 4 - Projeto de lei nº 717/2012, de autoria da Deputada Rita Passos, que obriga a instalação de sistema de blindagem nas viaturas das Polícias Civil e Militar do Estado. Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 5 - Projeto de lei nº 329/2013, de autoria do Deputado Franciscos Campos Tito, que dispõe sobre a realização de testes vocacionais gratuitos para todos os alunos do ensino médio da rede pública estadual de ensino. Foi relator o Deputado Orlando Bolçone com voto contrário ao projeto e à emenda apresentada pela CEC - Comissão de Educação e Cultura. O Deputado João Paulo Rillo apresentou voto em separado, favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CEC. Aprovado como parecer o voto do relator. Votaram com o voto em separado os Deputados João Paulo Rillo e Teonílio Barba. Item 6 - Projeto de lei nº 463/2013, de autoria do Deputado Campos Machado, que revoga a Lei nº 2.090, de 1979, que estabelece a proibição de instalação e funcionamento de indústria de alto risco poluidor na bacia de drenagem do Rio Paranapanema. Foi relator o Deputado Carlão Pignatari com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 7 - Projeto de lei nº 494/2013, de autoria da Deputada Heroilma Soares Tavares, que dispõe sobre a distribuição de dispositivo de segurança, conhecido como "botão do pânico", para mulheres vitimadas por violência doméstica, mesmo com a medida protetiva, em todo o Estado (juntado o PL 605/13 - autoria Deputado Jorge Caruso). Foi relator o Deputado Teonílio Barba com voto favorável aos PLS 494/2013 e 605/2013. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 8 - Projeto de lei nº 584/2013, de autoria do Deputado Baleia Rossi, que institui o Estatuto da Juventude e cria o Sistema Estadual de Juventude no Estado. Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR, contrário à emenda nº 1 e ao substitutivo proposto pela CDDH - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 9 - Projeto de lei nº 823/2013, de autoria do Deputado Marcos Zerbini, que isenta de tarifa de pedágio nas rodovias estaduais os veículos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na modalidade suburbana. Foi relator o Deputado Carlão Pignatari com voto favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 10 - Projeto de lei nº 57/2014, de autoria do Deputado Welson Gasparini, que altera o artigo 1º da Lei nº 3.744, de 1983, que estabelece condições para construção de núcleos habitacionais pelo Estado, com redação dada pela Lei nº 12.086, de 2005. Foi relator o Deputado Carlão Pignatari com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 11 - Projeto de lei nº 159/2014, de autoria do Deputado Fernando Capez, que dispõe sobre prazos às partes para sustenção oral perante o Tribunal de Impostos e Taxas. Foi relator o Deputado Carlão Pignatari com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 12 - Projeto de lei nº 369/2014, de autoria do Deputado Orlando Bolçone, que autoriza o Poder Executivo a criar um comitê técnico-interdisciplinar de acompanhamento e disponibilidade dos recursos hídricos no Estado. Foi relator o Deputado Edson Giriboni com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Teonílio Barba. Item 13 - Projeto de lei nº 864/2014, de autoria da Deputada Heroilma Soares Tavares, que dispõe sobre a designação de incentivos fiscais ao município que prever percentual da frota de veículos para serviço de "táxi acessível" no Estado. Foi relator o Deputado Orlando Bolçone com voto contrário. Concedida vista ao Deputado Teonílio Barba. Item 14 - Projeto de lei nº 922/2014, de autoria da CPI do Desaparecimento de Pessoas, que dispõe sobre a organização de banco de dados de perfis genéticos para a identificação criminal ou de pessoas desaparecidas. Foi relator o Deputado João Paulo Rillo com voto favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 15 - Projeto de lei nº 923/2014, de autoria da Deputada Célia Leão, que obriga as edificações de uso público ou coletivo a atender o conceito de desenho universal com base na norma técnica NBR 9050 da ABNT (juntado o PL 1036/15 - autoria Deputado Orlando Morando). Foi relator o

Deputado Coronel Camilo com voto favorável ao PL 923/2014, com a emenda apresentada pela CI - Comissão de Infraestrutura e contrário ao PL 1.036/2015. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 16 - Projeto de lei nº 1189/2014, de autoria do Deputado José Zico Prado, que autoriza o Governo do Estado a repassar recursos financeiros para despesas de custeio às Prefeituras Municipais que possuem máquinas e equipamentos agrícolas e que os destinam para o desenvolvimento da infraestrutura rural e da agricultura familiar. Foi relator o Deputado Léio Oliveira com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 17 - Projeto de lei nº 1198/2014, de autoria do Deputado João Caramex, que estabelece normas de estímulo à produção mineral sustentável e cria o certificado de Município Minerador Sustentável. Foi relator o Deputado Edson Giriboni com voto favorável. Concedida vista conjunta ao Deputado Ed Thomas e ao Deputado Teonílio Barba. Item 18 - Projeto de lei nº 1257/2014, de autoria do Deputado Adriano Diogo, que institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura no Estado. Foi relator o Deputado João Paulo Rillo com voto favorável ao projeto e às emendas propostas pela CCJR e CDDH. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 19 - Projeto de lei nº 1259/2014, de autoria do Deputado José Bittencourt, que dispõe sobre o Serviço de Atendimento Veterinário de Urgência - SAVU no Estado. Foi relator o Deputado Carlão Pignatari com voto contrário. Concedida vista ao Deputado Teonílio Barba. Item 20 - Projeto de lei nº 1305/2014, de autoria da Deputada Sarah Munhoz, que dispõe sobre a criação da Rede Hospitalar e Pronto Socorro do Idoso. Foi relator o Deputado Orlando Bolçone com voto contrário. Concedida vista ao Deputado Teonílio Barba. Item 21 - Projeto de lei nº 1378/2014, de autoria do Deputado Fernando Capez, que altera a Lei n.º 13.457, de 2009, para dispor sobre a suspensão dos prazos para apresentação de defesa e interposição de recursos relativos ao processo administrativo tributário. Foi relator o Deputado Carlão Pignatari com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Teonílio Barba. Para deliberação do item seguinte, o Senhor Presidente passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Estevam Galvão, de acordo com o artigo 41 do Regimento Interno. Item 22 - Projeto de lei nº 273/2015, de autoria do Deputado Mauro Bragato, que dispõe sobre a criação da Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste Paulista em Presidente Prudente. Foi relator o Deputado Carlão Pignatari com voto favorável ao projeto, com emenda. Aprovado como parecer o voto do relator. Reassumido a Presidência, o Senhor Presidente deu continuidade aos trabalhos. Item 23 - Projeto de lei nº 845/2015, de autoria do Deputado Hélio Nishimoto, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com municípios para implantação de cicloviárias, ciclofaixas e bicicletários em vias municipais. Foi relator o Deputado Carlão Pignatari com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 24 - Projeto de lei Complementar nº 40/2013, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Marcolino, que dispõe sobre as promoções das Praças da Polícia Militar do Estado. Foi relator o Deputado Coronel Camilo com voto contrário. Concedida vista ao Deputado João Paulo Rillo. Item 25 - Projeto de lei Complementar nº 50/2014, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a extensão da Lei Complementar nº 432, de 1985, aos servidores do Quadro do Tribunal de Justiça. Foi relator o Deputado Orlando Bolçone com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 26 - Processo RGL nº 3827/2012, de interesse do TCE – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que julgou irregular o contrato celebrado entre a UNICAMP e a empresa Rio Verde Engenharia e Construções Ltda. Foi relator o Deputado Orlando Bolçone com voto que concorda com a decisão do tribunal pleno do TCE, que conheceu da ação de rescisão impetrada pela UNICAMP e considerou regulares a concorrência e o contrato; ficando, portanto, prejudicada a questão, solicita arquivamento dos autos. Concedida vista ao Deputado João Paulo Rillo. Item 27 - Processo RGL nº 2425/2015, de interesse TCE, que julgou irregular o contrato celebrado entre a CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e a empresa Anyll Soluções Ltda. Foi relator o Deputado Carlão Pignatari com voto propondo PDL - Projeto de Decreto Legislativo, que reforma a decisão do TCE, com posterior arquivamento dos autos. Concedida vista ao Deputado João Paulo Rillo. Item 28 - Processo RGL nº 4050/2015, de interesse do TCE, que julgou irregulares os termos aditivos celebrados entre a Delegacia Seccional de Polícia de Guarulhos e a empresa Jóia de Guarulhos Posto de Serviços Ltda. Foi relator o Deputado Carlão Pignatari com voto mantendo a decisão do TCE, solicitando envio de ofício à PGE – Procuradoria Geral do Estado e ao MP – Ministério Público, com posterior arquivamento dos autos. Concedida vista ao Deputado Estevam Galvão. A seguir, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos itens "Para Ciência" constantes da pauta: - Ofício 791/15, do Tribunal de Justiça de SP, citando a redução de 26,99% que houve entre a proposta orçamentária aprovada pelo Órgão Especial e o constante no PL da LOA e, para compensar, apresentam sugestões de emendas ao orçamento. - Ofício 175/15 da Câmara de Guararama, solicitando o repúdio a todo e qualquer tipo de propositura ou instrumento legal que vise à redução no repasse de verbas do Governo Federal às Entidades que compõem o "Sistema S", que compreende as seguintes entidades: SESC, SENAC, SENAR, SESCOOP, SENAI, SESI, SEST, SENAT e SEBRAE. A seguir, os Deputados Paulo Correa Jr, Caio França e Estevam Galvão apresentaram um requerimento para convidar o Presidente da USIMINAS, Senhor Römel Erwin de Souza, para comparecer a esta Comissão com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o fechamento da unidade no município de Cubatão, com a consequente demissão em massa dos funcionários; bem como para apresentar sugestões que possam promover a manutenção dos empregos e renda em toda a região da Baixada Santista. Colocada em votação a inclusão do requerimento na pauta do dia, foi aprovado por unanimidade. Os membros presentes, inclusive, manifestaram o desejo de assinar o requerimento como autores, dada a relevância da matéria. Fizeram uso da palavra a respeito do assunto os Deputados Paulo Correa Jr, Estevam Galvão, Teonílio Barba e o Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Sonia Maria Oliveira, Assessora Técnica, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 25/11/2015.

Deputado Mauro Bragato - Presidente

Sônia Maria Oliveira - Secretária

Debates

17 DE NOVEMBRO DE 2015 141ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: **ANALICE FERNANDES, DELEGADO OLIM, ROBERTO MORAIS e CARLÃO PIGNATARI**
Secretário: **JOOJI HATO**

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão. Registra o falecimento do ex-prefeito da cidade de Jales, Sr. Nilo Neto e presta suas condolências à família.